

ILMO. SR. PREGOEIRO HALLEN DUARTE DA SILVA  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

Referência: Pregão nº 0777/2016 - Razões de recurso

SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.462.643/0001-08, com sede no CLSW 303 Bloco C, Edifício Le Pare, Salas 110, 111 e 112, Sudoeste, Brasília - DF, CEP 70.673-623, vem perante Vossa Senhoria, respeitosa e tempestivamente, apresentar **RAZÕES DE RECURSO** contra a habilitação da licitante ARANCIBIA Turismo Ltda EPP pelos fatos e fundamentos de direito que passa a expor.

## 1. DO OBJETO DO RECURSO

A recorrente se insurge contra a habilitação da licitante ARANCIBIA Turismo Ltda EPP, tendo em vista que a mesma apresentou declarações de companhias estrangeiras em nome de terceira empresa (não em nome próprio), o mesmo ocorrendo com o certificado de credenciamento na IATA - *International Air Transport Association*, da mesma forma, em nome da M A Travel Operadora.

A questão é elementar: documentos de terceiro sem prova de vínculo.

## 2. DAS RAZÕES DE RECURSO

Para fins de qualificação técnica o edital do pregão estabeleceu no item 9.8.3. exigência de declaração de companhias aéreas brasileiras, que poderia ser substituída por declaração de consolidadora, conforme item 9.8.4, mesma coisa ocorrendo nos itens 9.8.5 e 9.8.6 para os bilhetes internacionais.

UDESC/SEPROT	
Protocolo nº	673/13
Entrada	Dia
	Hora

Endereço: CLSW 303 Bloco C, Edifício Le Pare, Salas 110, 111 e 112, Sudoeste - Brasília-DF  
Tel: (61) 3013-4150/3364-9035  
www.slcviagens.com.br; slcbsb@slcviagens.com.br

Liana Cristina Trovgrin  
Assessora Universitária de Execução  
UDESC  
CPT 2



No termo de referência (anexo I), itens 4.3 e 4.4 e seus respectivos subitens 4.3.1 e 4.4.1, constam as mesmas regras.

Não se pode usar documentos de terceiros sem **haver o respectivo contrato de consolidação entre consolidada e consolidadora, prova de vínculo que respalda a utilização** de documento “emprestado”.

Se não apresentado contrato entre as empresas o ente público não terá prova das obrigações existentes entre essas empresas, para fins de respaldo do contrato que a licitante assumirá com o ente público contando com bilhetes aéreos a serem emitidos via consolidadora.

Consolidada é uma agência que trabalha por meio de uma relação comercial com outra agência maior, ou seja, a consolidadora, sendo essa a razão que se aferir os vínculos obrigacionais entre as duas empresas.

Essa matéria é conhecida há mais de 10 (dez) anos no Tribunal de Contas da União, mas sempre com a **prova do vínculo contratual entre licitante e a terceira empresa**.

Observe-se o “leading case”, Acórdão nº 1.677/2006 - Plenário:

*“...De fato, exigências que findam por obstruir a participação de agências de viagens ‘consolidadas’, como é o caso da empresa representante (que juntou aos autos **CÓPIA DO CONTRATO ASSINADO com a Intervisa Brasiliense Agência de Viagens Ltda., sendo esta a agência de viagem ‘consolidadora’**), prejudicam o caráter competitivo do certame”.*

No Acórdão nº 112/2007 – Plenário (também TCU), foi manifestado mesmo entendimento da necessidade de **cópia do contrato de consolidação que viabiliza fornecimento de bilhetes por intermédio da consolidadora, porque somente essa é quem possui a relação direta com as companhias aéreas**.

Mas não foi isso que ocorreu no presente pregão, pois os documentos ligados às companhias aéreas e credenciamento perante a IATA foram apresentados pela licitante ARANCIBIA Turismo Ltda EPP, mas estão em nome da empresa M A Travel Operadora e não se tem absolutamente nada da relação contratual (obrigacional) entre essas duas empresas, portanto, contrato que envolverá relação de intermediação mas sem qualquer prova do vínculo, do prazo de vigência, eventual regra de prorrogação, etc.





A UDESC não pode fechar contrato com obrigações que dependem de terceira empresa e não se tem o contrato que detalhe obrigações, continuidade etc.

No fundo, os documentos apresentados não passam de documentos de terceiro e não da licitante, sendo as duas pessoas jurídicas distintas, com seus próprios sócios e suas próprias obrigações, razão pela qual os citados itens do edital estão descumpridos (não foi criada a vinculação para dar base de validade e aceitação de qualquer documento de outra pessoa jurídica).

E aqui somente se pode afirmar que uma determinada agência de viagens é realmente consolidada de outra com o contrato, com perdão da repetição.

A aceitação de documentos de terceiro sem ligação contratual desse com o licitante inviabiliza a habilitação ora recorrida, porque habilitação pressupõe certeza de condições técnicas da licitante, no caso, a cadeia de ligação completa até as chegar às companhias aéreas nacionais e internacionais (se esse vínculo não é direto deve ser comprovado por contrato de fornecimento intermediado dos bilhetes).

Também, não basta à ARANCIBIA afirmar que certificado da IATA, por exemplo, teria sido emitido anteriormente a alteração contratual consolidada, porque não se admite nos processos licitatórios meras alegações verbais, sem provas.

**Isso é o mesmo que esquecer de juntar contrato social...**

**Por que a empresa nada se trouxe de prova para a sessão do pregão no dia e hora marcados, se ela teve o mesmo tempo de antecedência para preparar os documentos, fossem de consolidação de contrato social, fossem de prova de vínculos com empresa consolidadora?**

Assim sendo, **não comprovada a regular habilitação técnica da licitante, com documentos em seu próprio nome ou de terceiro mas a ela ligado por prova contratual (para prova da completa cadeia de emissão de passagens), prova, aliás, durante a sessão do pregão, foi inobservado o princípio da vinculação ao edital, previsto no artigo 37, incisos XXI, da Constituição Federal e artigos 3º e 41 da Lei nº 8.666/93.**

Também os princípios da isonomia no tratamento e igualdade entre licitantes (artigos 5º e 37, inciso XXI da Constituição Federal e artigo 3º da Lei nº 8.666/93) foram violados, porque **não pode empresa participar de certame público para contrato de passagens aéreas sem prova de sua cadeia de fornecimento, o que é essencial que seja documentado no pregão e na presença dos outros licitantes.**

Agora nem se pode mais fazer diligências para se juntar tardiamente quaisquer documentos, porque **isso é vedado** pelo artigo 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 (*"É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta**"*).

E o caso concreto é ausência de documento essencial à comprovação de relação jurídica entre licitante, intermediária e companhias aéreas, sendo que isso não pode ser suprido depois (nem se trata de mera confirmação de documento pré-existente, mas ausência de documento) sob pena de quebra também do princípio da impessoalidade, do artigo 37 da Constituição Federal.

Não pode se admitir na Administração Pública ato com privilégio subjetivo a licitante para juntar informação ou documento, qualquer que seja, para demonstrar, após sessão pública, relação obrigacional (de fornecimento intermediado de produtos ou serviços) não comprovada no tempo e modo, na sessão do pregão.

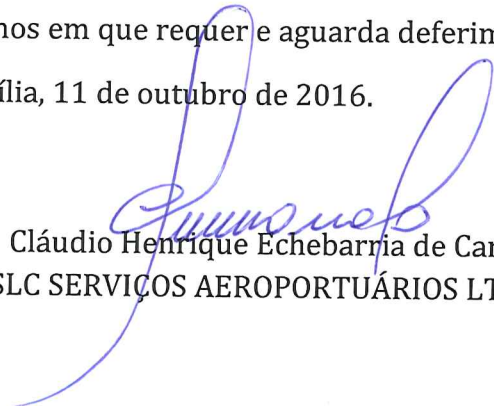
Isonomia, lembre-se, é uma das finalidades de licitar constantes da Lei Geral de Licitações e ato que contraria finalidade legal é nulo, de forma insanável.

### 3. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer seja conhecido e provido o presente recurso, para que seja **inabilitada a licitante ARANCIBIA Turismo Ltda EPP**, com o prosseguimento do pregão para **declarar vencedora do certame a SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME**.

Termos em que requer e aguarda deferimento.

Brasília, 11 de outubro de 2016.



Cláudio Henrique Echebarria de Carvalho  
SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME